

2023

Anos base
2022-2023

O Financiamento da
**Primeira Infância no
Orçamento Federal**

Agenda Transversal e Multissetorial da Primeira Infância

2023

Anos base
2022-2023

O Financiamento da **Primeira Infância no Orçamento Federal**

Agenda Transversal e Multissetorial da Primeira Infância

Ministério do Planejamento e Orçamento MPO

Ministra do Planejamento e Orçamento

Simone Nassar Tebet

Secretário-Executivo

Gustavo José de Guimarães e Souza

Secretária Nacional de Planejamento

Leany Barreiro de Sousa Lemos

Secretário de Orçamento Federal

Paulo Roberto Simão Bijos

Secretária de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento

Renata Vargas Amaral

Secretário de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos

Sergio Pinheiro Firpo

Secretário de Articulação Institucional

José Antônio Silva Parente

Ministério do Planejamento e Orçamento

gov.br/planejamento

Siga nossas redes sociais



@MinPlanejamento



@planejamentoeorcamento

Secretaria de Orçamento Federal – SOF

Diretora de Temas Transversais

Elaine de Melo Xavier

Coordenadora-Geral de Estudos e Acompanhamento de Temas Transversais e Investimentos Plurianuais

Clara Maria Guimarães Marinho Pereira

Coordenadora de Estudos e Acompanhamento de Temas Transversais

Fernanda Lira Góes

Equipe Técnica

Clarice Fernandes Marinho

Felipe José Piletti

Marcelo Augusto Prudente Lima

Secretaria Nacional de Planejamento – SEPLAN

Diretora de Programas Sociais, Áreas Transversais, Multissetoriais e Participação Social

Daiane Boelhouver Menezes

Coordenador-Geral de Áreas Transversais, Multissetoriais e Participação Social

Danyel Lório de Lima

Coordenador-Geral de Programas Sociais

Eduardo Augusto de Abreu Costa

Arte - Secretaria Executiva – MPO

Projeto gráfico, capa e arte: Viviane Barros

Estagiária de arte: Rayane Amorim

Fotos: Adobe Stock

Informações

E-mail: ditra.sof@planejamento.gov.br

Última alteração: 4 de julho de 2023.

*É permitida a reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte.

Normalização Bibliográfica: Biblioteca do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

B823c

Brasil. Ministério do Planejamento e Orçamento. Secretaria de Orçamento Federal. Diretoria de Temas Transversais. Secretaria Nacional de Planejamento. Diretoria de Programas Sociais.

O financiamento da primeira infância no orçamento federal : agenda transversal e multissetorial da primeira infância : 2023 : anos base 2022-2023 / Ministério do Planejamento e Orçamento, Secretaria de Orçamento Federal, Secretaria Nacional de Planejamento. -- Brasília : SOF/MPO, 2023. 58 p. : il.

1. Primeira infância – Orçamento - Brasil - 2022-2023. 2. Orçamento público – Brasil. 3. Criança – Política governamental – Brasil. I. Título. II. Brasil. Secretaria de Orçamento Federal. Diretoria de Temas Transversais.

CDU 336.14:373.2
CDD 336:372.21

Sumário

Apresentação	7
1. Introdução	9
2. Base Legal	12
3. Metodologia	14
4. Resultados Físicos e Orçamentário-financeiros em 2022	21
Ministério da Cidadania	22
Ministério da Educação	28
Ministério da Saúde	30
Ministério da Justiça e Segurança Pública	40
Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos	44
5. Um Olhar sobre o Orçamento de 2023	46
6. Considerações Finais	50
Referências	53
Anexos	55
Anexo A – Planilha Orçamento Primeira Infância 2022	55
Anexo B – Planilha Orçamento Primeira Infância 2023	55
Anexo C – Tabela de Associação dos Eixos, Ações Transversais e Ações Orçamentárias	55

Tabelas

Tabela 1 – Metodologia de apuração do orçamento da Primeira Infância	20
Tabela 2 – Execução orçamentária, por grupo de gastos, em 2022. (Em milhões, R\$)	22
Tabela 3 – Execução Financeira das ações do Programa 5024 – Atenção Integral à Primeira Infância na Agenda Primeira Infância de 2022 (Em milhões, R\$)	23
Tabela 4 – Execução Financeira das ações do Programa 5035 – Promoção de cidadania por meio do Auxílio Brasil e da articulação de Políticas Públicas na Agenda Primeira Infância de 2022 (Em milhões, R\$)	25
Tabela 5 – Execução Financeira das ações dos Programas 5033– Segurança Alimentar e Nutricional, 5029 - Produção de Dados e Conhecimento para o Aprimoramento de Políticas Públicas e Proteção Social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) na Agenda Primeira Infância de 2022 (Em milhões, R\$)	27
Tabela 6 – Execução Financeira das ações do Programa 5011 - Educação Básica de Qualidade na Agenda Primeira Infância de 2022 (Em milhões, R\$)	28
Tabela 7 – Execução Financeira das ações do Programa 6015 – Educação Infantil e na Agenda Primeira Infância de 2022 (Em milhões, R\$)	30
Tabela 8 – Execução Financeira das ações do Programa 5017- Assistência Farmacêutica no SUS na Agenda Primeira Infância de 2022 (Em milhões, R\$)	31
Tabela 9 – Execução Financeira das ações do Programa 5018 - Atenção Especializada à Saúde na Agenda Primeira Infância de 2022 (Em milhões, R\$)	32
Tabela 10 – Execução Financeira das ações do Programa 5019 - Atenção Primária à Saúde na Agenda Primeira Infância de 2022 (Em milhões, R\$)	35
Tabela 11 – Execução Financeira das ações do Programa 5020 – Desenvolvimento Científico, Tecnológico e Produtivo em Saúde na Agenda Primeira Infância de 2022 (Em milhões, R\$)	36
Tabela 12 – Execução Financeira das ações do Programa 5022 – Proteção, Promoção e Recuperação da Saúde Indígena na Agenda Primeira Infância de 2022 (Em milhões, R\$)	37
Tabela 13 – Execução Financeira das ações do Programa 5023– Vigilância Em Saúde na Agenda Primeira Infância de 2022 (Em milhões, R\$)	37
Tabela 14 – Execução Financeira das ações do Programa 5033– Segurança Alimentar e Nutricional na Agenda Primeira Infância de 2022 (Em milhões, R\$)	39
Tabela 15 – Execução Financeira das ações do Programa 5015 – Justiça na Agenda Primeira Infância de 2022 (Em milhões, R\$)	41

Tabelas

Tabela 16 – Execução Financeira das ações do Programa 5016 – Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento na Agenda Primeira Infância de 2022– em milhões de reais	42
Tabela 17 – Execução orçamentária das ações do Programa 5034 – Programa 5034, é “Proteção à Vida, Fortalecimento da Família, Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para Todos (Em milhões, R\$)	45
Tabela 18 – Distribuição da Dotação Atual de 2023 para a Agenda da Primeira Infância entre os Grupos	47
Tabela 19 – Distribuição da Dotação Atual (2023) para a Agenda da Primeira Infância por Órgão* (Em milhões, R\$)	48
Tabela 20 – Distribuição da Dotação de 2023 para a Agenda da Primeira Infância por Programa do PPA (2020-2023)	49

Quadros

Quadro 1 – Síntese dos normativos para o relatório da Agenda Transversal e Multissetorial da Primeira Infância	13
Quadro 2 – Informações usadas no relatório da Agenda Transversal e Multissetorial da Primeira Infância	15
Quadro 3 – Ministérios participantes da Agenda Transversal e Multissetorial da Primeira Infância no primeiro e no segundo relatório	16
Quadro 4 – Organização da despesa da Agenda Transversal e Multissetorial da Primeira Infância no Orçamento Federal	17

Gráfico

Gráfico 1 – Distribuição percentual dos gastos da programação da Primeira Infância na dotação de 2023 (Valores por órgão setorial)	48
---	----

O Financiamento da

Primeira Infância no Orçamento Federal

Agenda Transversal e Multissetorial da Primeira Infância

2023

Anos base
2022-2023

Apresentação

Apresentação

Os desafios inerentes ao ciclo orçamentário se somam às demandas sociais por políticas públicas que visem garantir a efetividade de direitos para públicos específicos. O Relatório Agenda Transversal e Multissetorial da Primeira Infância (2022-2023) busca avançar na conciliação destas dimensões, reforçando a cultura de monitoramento e transparência do gasto público para as crianças de zero a seis anos de idade.

Ademais, o Relatório reflete o compromisso da Secretaria de Orçamento Federal com o controle social dos recursos orçamentários consignados a populações vulneráveis e com a construção de instrumentos que ampliem a governança orçamentária de questões sociais complexas, cuja resolução depende da articulação entre variados órgãos de Governo.

Paulo Bijos

Secretário de Orçamento Federal – SOF

Este relatório tem sentido duplo para a missão institucional da Secretaria Nacional de Planejamento. Primeiro, promover a transparência dos resultados das ações do governo federal, permitindo à sociedade se engajar no debate público acerca de políticas públicas voltadas à primeira infância; e, segundo, reconhecer e estimular a multissetorialidade no enfrentamento de problemas específicos deste público por meio das agendas transversais.

Com a formulação regular deste instrumento, será possível ter uma perspectiva histórica da atuação do governo federal na pauta, identificar pontos a serem fortalecidos e estimular que as políticas públicas adotem, sempre que possível, olhar específico para a primeira infância, de modo que crianças de zero a seis anos estejam presentes permanentemente nos diversos instrumentos de planejamento e espaços de governança.

Leany Lemos

Secretária Nacional de Planejamento – SEPLAN

O Marco Legal da Primeira Infância traz luz à necessidade de atenção e absoluta prioridade ao atendimento dos direitos das crianças nessa fase crucial de seu desenvolvimento, inclusive com sua participação.

O relatório sobre a Agenda estabelecida pelo Marco Legal possui papel essencial ao fornecer transparência e prestação de contas sobre os investimentos voltados para as políticas de garantia dos direitos das crianças de zero a seis anos. Ao destacar os resultados conquistados e as despesas consignadas, ele permite uma análise crítica dos resultados apurados, além de apresentar as ações futuras. Também subsidia diálogo entre os atores envolvidos, como legisladores, gestores públicos, especialistas e a sociedade civil, fomentando a construção de uma agenda mais ampla e consistente para a promoção da Primeira Infância no contexto do orçamento federal.

Cláudio Augusto Vieira da Silva

Secretário Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania – SNCDA

O Financiamento da
**Primeira Infância no
Orçamento Federal**

Agenda Transversal e Multissetorial da Primeira Infância

2023

Anos base
2022-2023

Introdução

1

1 Introdução



O reconhecimento das crianças na Constituição Federal como sujeitos de direito na família e na sociedade resultou em um robusto marco jurídico-administrativo e na emergência de uma agenda de políticas públicas em que o cuidado, o acolhimento e a proteção às crianças se estendem a todas as áreas sociais.

Dentro desse contexto, as políticas públicas para a primeira infância – período que abrange os primeiros 6 (seis) anos completos ou 72 (setenta e dois) meses de vida da criança – tornaram-se objeto de marco legal específico e, então, prioridades orçamentárias por meio da Lei do Plano Plurianual - PPA 2020-2023¹ e das Leis de Diretrizes Orçamentárias - LDO de 2021², 2022³ e 2023⁴.

Adicionalmente, a legislação estabeleceu a responsabilidade de que os Ministérios partícipes da Agenda Transversal e Multissetorial da Primeira Infância informem as despesas realizadas e os resultados alcançados a partir da execução delas. Essas informações são hoje consolidadas e divulgadas pelo Ministério do Planejamento e Orçamento - MPO⁵,⁶. É nesse contexto que se publica o presente relatório.

Nas páginas que se seguem, serão apresentadas informações sobre os resultados alcançados no âmbito da Agenda Transversal e Multissetorial da Primeira Infância para o ano de 2022 e sobre as despesas que lhes foram consignadas na Lei Orçamentária Anual - LOA de 2023.

Além desta introdução, o relatório está organizado em cinco seções: (1) “Base Legal”, apresenta uma síntese dos normativos que informam a elaboração do documento; (2) “Metodologia”, informa como os dados relativos à execução física e financeira das programações orçamentárias associadas à Agenda Transversal e Multissetorial da Primeira Infância em 2022 e 2023 foram levantados e tratados; (3) “Resultados físicos e orçamentário-financeiros em 2022”, indica as principais entregas relativas ao gasto de R\$ 19,5 bilhões apurado para a Agenda no exercício anterior; (4) “Um olhar sobre

1 Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016.

2 Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020.

3 Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021.

4 Lei nº 14.436, de 9 de agosto de 2022.

5 Lei nº 13.257/2016, art.11, § 2º.

6 Portaria ME Nº 1.410, de 16 de fevereiro de 2022.

o Orçamento de 2023”, apresenta a dotação para a Agenda na Lei Orçamentária de 2023, cuja consignação equivale a R\$ 27,1 bilhões; e (5) “Considerações Finais”, discorre sobre os desafios colocados à identificação e apuração das despesas no âmbito da Agenda Transversal e Multissetorial da Primeira Infância e a forma como MPO pensa em encaminhá-los. Finalmente, mantendo o compromisso com a transparência, disponibiliza-se, como Anexos, as programações orçamentárias relativas a 2022 e 2023, bem como a tabela que associa os Eixos de Atuação e as Ações Transversais trazidos no Anexo do Decreto nº 10.7070/2021 às programações orçamentárias que, segundo os Ministérios partícipes, os financiam na LOA de 2023.

O Financiamento da
**Primeira Infância no
Orçamento Federal**

Agenda Transversal e Multissetorial da Primeira Infância

2023

Anos base
2022-2023

Base Legal

2

2 Base Legal



Abaixo, apresenta-se uma síntese sobre os principais normativos relativos à Agenda Transversal e Multissetorial da Primeira Infância, os quais orientaram a elaboração do presente documento.

Quadro 1 – Síntese dos normativos para o relatório da Agenda Transversal e Multissetorial da Primeira Infância

Normativo	Conteúdo
Lei nº 13.257/2016	Estabelece as diretrizes para as políticas públicas da Primeira Infância, áreas prioritárias de intervenção, instrumentos intersetoriais e interfederativos, parâmetros de monitoramento e avaliação, entre outros aspectos.
Decreto nº 10.770/2021	Estabelece o rol de ações governamentais voltadas à Primeira Infância, estabelece os Ministérios partícipes da Agenda e sua responsabilidade na prestação de informações sobre o orçamento e os resultados físico-financeiros, estabelecendo os eixos de atuação governamental e suas respectivas ações transversais.
Portaria ME nº 1.410/2022	Regulamenta a forma de apresentação das informações sobre o orçamento e os resultados orçamentário-financeiros e físicos das ações governamentais incluídas na Agenda Transversal e Multissetorial da Primeira Infância, estabelecendo a classificação das despesas em exclusivas, não-exclusivas e difusas.

Elaboração: SOF/MPO

Metodologia

3

3 Metodologia



O presente relatório parte de dois conjuntos de informações principais, que são apresentados no Quadro 2.

Quadro 2 – Informações usadas no relatório da Agenda Transversal e Multissetorial da Primeira Infância

Ano	Origem das informações	Forma de coleta
2022	Dados físicos: Dados de monitoramento dos Resultados Intermediários do Plano Plurianual - PPA 2020-2023; e dados do acompanhamento orçamentário das ações orçamentárias da LOA 2022.	Ofício-circular da Seplan aos órgãos partícipes e extrações de dados nos módulos de monitoramento do PPA e de acompanhamento orçamentário (Janeiro a Dezembro) da LOA do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP.
	Dados orçamentário-financeiros: Dados da execução das despesas (empenho, liquidação e pagamento) da LOA 2022.	Extrações de dados no módulo da LOA do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP.
2023	Dados orçamentários: Dados da dotação atual da LOA 2023 ¹ dos programas, ações orçamentárias e planos orçamentários identificados pelos Ministérios partícipes como sendo despesas exclusivas, não-exclusivas e difusas; vinculados aos Eixos de Atuação e às Ações Transversais (AT) constantes do Anexo do Decreto nº 10.770/2021.	Ofício-circular da SOF aos órgãos partícipes e extrações de dados no módulo da LOA do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP.

Elaboração: SOF/MPO

Para o ano de 2022, a Seplan apurou os dados físicos das programações orçamentárias de cinco dos então seis Ministérios partícipes da Agenda: Ministério da Cidadania; Ministério da Educação; Ministério da Saúde; Ministério da Justiça e Cidadania; e Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. O Ministério do Turismo, via Secretaria de Cultura, não executou recursos nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social nem gerou resultados no âmbito do PPA 2020-2023 para a Agenda.

¹ Reflete a posição de 22 de maio de 2023.

Para 2023, a SOF apurou, por meio de ofício-circular, a consignação orçamentária de sete dos dez atuais Ministérios partícipes: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome – MDS, Ministério da Educação – MEC, Ministério da Saúde – MS, Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP, Ministério dos Povos Indígenas – MPI, Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania – MDHC, Ministério das Mulheres – MM. Outros três Ministérios (Ministério da Igualdade Racial – MIR, Ministério da Cultura – MINC e Ministério do Esporte – ME), em resposta à Secretaria, declararam não haver programação orçamentária para a Primeira Infância no exercício em vigor.

Como pode ser percebido nos dois parágrafos anteriores, houve uma importante mudança administrativa entre os dados coletados sobre 2022 e os dados relativos a 2023. O quadro 3 mostra as diferenças entre o rol de Ministérios partícipes definido pelo art. 4º do Decreto nº 10.770/2021 e o resultante da reorganização administrativa promovida pela Lei nº 14.600/2023.

Quadro 3 – *Ministérios partícipes da Agenda Transversal e Multissetorial da Primeira Infância no primeiro e no segundo relatório*

DE – Relatório 2022	PARA – Relatório 2023
Decreto nº 10.770/2021	Estrutura Ministerial (Lei nº 14.600/2023)
Ministério da Justiça e Segurança Pública	Ministério da Justiça e Segurança Pública
	Ministério dos Povos Indígenas
Ministério da Cidadania	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
	Ministério dos Esportes
Ministério do Turismo (Cultura)	Ministério da Cultura
Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos	Ministério dos Direitos Humanos e da Família e dos Direitos
	Ministério da Igualdade Racial
	Ministério da Mulher
Ministério da Educação	Ministério da Educação
Ministério da Saúde	Ministério da Saúde

Elaboração: SOF/MPO.

Outro ponto relevante refere-se à diferença entre o relatório publicado em junho de 2022 e os dados sobre 2022 apresentados neste presente relatório. A programação orçamentária de 2022 foi atualizada, retrata a execução orçamentário-financeira do final do ano e está explicitada no Anexo A. No primeiro relatório foi apresentada a dotação total (LOA + créditos – posição de 8 de junho de 2022) da Agenda Transversal e Multissetorial da Primeira Infância, igual a R\$ 2,29 bilhões. No presente documento, apresenta-se o valor de dotação total (LOA + créditos – posição de 31 de dezembro de 2022) de R\$ 19,5 bilhões. A diferença registrada entre a posição de junho e dezembro de 2022 decorre tanto da atualização das dotações ao longo do exercício quanto das ampliações promovidas pelos Ministérios partícipes no conjunto das programações orçamentárias da Agenda. Destaca-se aqui o caso do então Auxílio Brasil, do extinto Ministério da Cidadania, cuja ação orçamentária (21DP) não havia sido incluída na apuração do primeiro relatório da Agenda Primeira Infância. Com sua inclusão, ainda que ponderada, observa-se aumento de dotação selecionada em R\$ 9,3 bilhões somente para 2022.

Como pontuado na seção “Base Legal”, a identificação das despesas na Agenda Transversal e Multissetorial da Primeira Infância baseia-se em um gradiente de contribuição das programações orçamentárias para a melhoria das condições de vida das crianças de 0 a 6 anos. As programações podem ser classificadas como exclusivas, não-exclusivas ou difusas (Quadro 4).

Quadro 4 – Organização da despesa da Agenda Transversal e Multissetorial da Primeira Infância no Orçamento Federal

Grupo	Despesa	Descrição
1	Exclusiva	Informações das despesas diretas ou específicas para a primeira infância com seu(s) programa(s), incluindo seu(s) desdobramento(s) orçamentários;
2	Não-exclusiva	Informações das despesas que, embora não direcionadas exclusivamente à Primeira Infância, a incluem ou a impactam significativamente;
2	Difusa	Informações das despesas de natureza geral que, a priori, não contribuem ou impactam a Primeira Infância, mas poderão produzir efeitos sobre ela no momento da ocorrência da ação governamental ou na incidência da execução da despesa, e poderão ser apropriados à Primeira Infância conforme critérios de conveniência e oportunidade de cada Ministério.

Elaboração: SOF/MPO

No entanto, a apropriação dos gastos dos grupos 2 (despesas não-exclusivas) e 3 (despesas difusas) representa um desafio metodológico. Isso porque a dotação de algumas programações orçamentárias apontadas pelos Ministérios partícipes são tão vultosas que podem distorcer substantivamente o valor total apurado para a Agenda Transversal e Multissetorial da Primeira Infância nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

Esse é o caso da ação orçamentária 8585 – Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Alta e Média Complexidade, que soma R\$ 84,4 bilhões de reais na LOA de 2023, correspondendo a 34% do orçamento disponível para o MS no ano. De acordo com o Cadastro de Ações no SIOP, a ação 8585 é destinada a custear:

Despesas correntes para manutenção das ações e serviços da Atenção Especializada de Média e Alta Complexidade, executadas de forma descentralizada pelos Estados, Municípios e Distrito Federal e transferência de recursos para o custeio de despesas do SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência. Enfrentamento da COVID-19 e de suas consequências no âmbito da Atenção Especializada.

Segundo o MS, a ação orçamentária 8585 e seus planos orçamentários estão associados a três Ações Transversais (AT07, AT10 e AT14) que fazem parte do Eixo de Atuação – Proteção à saúde da criança por meio da atenção e dos cuidados integrais e integrados desde a gestação até os seis anos de idade:

- **AT07:** Acompanhar a gestação de risco, o nascimento e o recém-nascido até completar o primeiro ano de vida, com vistas a proceder o diagnóstico precoce de doenças congênitas, raras, genéticas ou hereditárias e outras doenças na infância que possam causar atraso no desenvolvimento biopsiossocial da criança ou desenvolver deficiência ou impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, ou transtorno do espectro autista, com vistas à orientação, ao atendimento multiprofissional e ao acesso a medicamentos e nutrientes, conforme os protocolos do Ministério da Saúde.
- **AT10:** Promover a atenção integral a crianças com agravos prevalentes na infância, vítimas de violência ou outras violações de direitos, e com doenças crônicas.

- **AT14:** Promover a atenção à saúde de crianças com deficiência ou transtorno do espectro autista, ou em situações específicas de vulnerabilidade, com o seu encaminhamento, se for o caso, a serviços do Sistema Único da Assistência Social – SUAS e à rede de saúde e educação, com o objetivo de apoiar o seu desenvolvimento, a sua família e o convívio familiar e comunitário.

Dificuldade semelhante ocorre em outras ações orçamentárias de grande vulto classificadas como despesas não-exclusivas e difusas, como aquelas relativas a transferências de renda, os serviços de saúde e a alimentação escolar².

Em linha com já tinha sido feito pelo IPEA (2021) e pela Frente Parlamentar Mista da Primeira Infância (2021), o relatório de 2023 procura contornar essa questão utilizando um ponderador demográfico. Assim, a partir dos dados coletados na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua para o 4º Trimestre de 2022, que estima o percentual de crianças na faixa etária de zero a seis anos na população no país como sendo de 8,17%, supõe-se que os gastos realizados com a primeira infância no âmbito dessas programações orçamentárias é proporcional à participação das crianças pequenas na população em geral.

A tabela 1 explicita o tratamento dado às informações orçamentária-financeiras apresentadas na seção “Resultados físicos e orçamentário-financeiros em 2022” quanto na seção “Um Olhar sobre o Orçamento de 2023” a seguir. Conforme exposto, os valores das programações orçamentárias identificadas pelos Ministérios partícipes como despesas exclusivas são integralmente computados (100%) enquanto os valores das programações orçamentárias apontados como despesas não-exclusivas ou de natureza difusa são apresentados como proporção da população estimada para a faixa de zero a seis anos .

² Políticas de transferências de renda (ações 21DP e 8442 do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome), políticas de saúde (ação 8535 – Atenção Primária à Saúde, do Ministério da Saúde) e de alimentação escolar. (em 2023, o Plano Orçamentário 0000 da ação 00PI – Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica - PNAE do Ministério da Educação).

Tabela 1 – Metodologia de apuração do orçamento da Primeira Infância

Grupo	Percentual de despesa considerado	Valor total
Grupo 1: despesas na programação exclusiva	100%	= Despesa com a Primeira Infância
Grupo 2: despesas na programação não-exclusiva	8,17%	
Grupo 3: despesas na programação de natureza difusa		

Elaboração: SOF/MPO.

É preciso não perder de vista, no entanto, que o ponderador demográfico é um recurso de aproximação da realidade enquanto ausente informações mais detalhadas sobre a participação das crianças pequenas entre os beneficiários das despesas realizadas. Não captura, portanto, de forma fidedigna o que de fato acontece na execução das despesas consideradas. Para os próximos relatórios, o MPO espera evoluir junto com os Ministérios partícipes no levantamento e tratamento de dados gerenciais e registros administrativos que permitam identificar com maior acurácia os gastos voltados à primeira infância nos grupos 2 e 3. Alguns dados sobre a execução física e orçamentário-financeira apresentados neste relatório a partir dos processos de monitoramento do PPA 2020-2023 e do acompanhamento orçamentário da LOA 2022 sinalizam as potencialidades em caminhar nesse sentido.

Por fim, cabe comentar que, neste ano, a SOF solicitou aos Ministérios Partícipes que fizessem o exercício de associar os seis Eixos de Atuação e as 85 Ações Transversais (AT), especificados no anexo do Decreto 10.770/2021. O resultado (Anexo C) revelou que não há uma relação unívoca entre Eixos de Atuação, AT e ações orçamentárias. Como foi visto no caso da ação orçamentária 8585, uma mesma ação orçamentária pode atravessar diversas AT. Assim, não é possível somar os valores de cada um dos Eixos de Atuação ou do conjunto das AT e compará-los com o valor aqui indicado como sendo o valor total da Agenda Transversal e Multissetorial da Primeira Infância, visto que uma mesma ação orçamentária foi contabilizada em dois ou mais Eixos de Atuação e AT.

O Financiamento da

Primeira Infância no Orçamento Federal

Agenda Transversal e Multissetorial da Primeira Infância

2023

Anos base
2022-2023

Resultados Físicos e Orçamentário-financeiros em 2022

4

4 Resultados Físicos e Orçamentário-Financeiros em 2022



A tabela 2 apresenta os dados de execução física e orçamentária-financeira das programações orçamentárias identificadas pelos Ministérios partícipes, categorizadas nos grupos 1 (despesas exclusivas) e 2 (despesas não-exclusivas), ao final do exercício de 2022. O detalhamento dos resultados físicos refere-se majoritariamente às despesas exclusivas, que retratam melhor a relação entre a Agenda da Primeira Infância e seu respectivo financiamento nos Orçamentos da União. Os resultados físicos referentes às despesas não-exclusivas serão apresentados sempre que o monitoramento do PPA 2020-2023 e o acompanhamento orçamentário da LOA 2022 pôde extrair registros específicos do atendimento ao público infantil. O rol de Ministérios partícipes utilizado nesta seção segue a configuração da Administração Pública Federal até 2022.

Tabela 2 – Execução orçamentária, por grupo de gastos, em 2022. (Em milhões, R\$)

Grupo	Dotação Final	Empenhado	Liquidado	Pago
Exclusivo	R\$ 2.140,29	R\$ 2.128,84	R\$ 1.701,00	R\$ 1.700,96
Natureza Difusa	R\$ 19,06	R\$ 16,35	R\$ 10,32	R\$ 9,27
Não Exclusivo	R\$ 17.446,33	R\$ 17.368,30	R\$ 16.493,43	R\$ 16.468,37
Total	R\$ 19.605,69	R\$ 19.513,50	R\$ 18.204,77	R\$ 18.718,60

Elaboração: SOF/MPO.

Fonte: SIOF (Dotação atual, acesso em 05/06/2023).

Nota: valores da dotação não-exclusiva e de natureza difusa ponderados de acordo com o percentual de crianças de 0 a 6 anos da PNAD Contínua do 4º Trimestre de 2022.

Ministério da Cidadania

Em 2022, seis programas do Ministério da Cidadania contribuíram de forma substancial para a Agenda da Primeira Infância: Atenção à Primeira Infância (5024), Produção de Dados e Conhecimento para o Aprimoramento de Políticas Públicas (5029), Proteção Social no Âmbito do Sistema Único de Assistência Social (5031), Rede de Suporte Social ao Dependente Químico: Cuidados, Prevenção e Reinserção Social (5032), Segurança Alimentar e Nutricional (5033) e Promoção de Cidadania por Meio do Auxílio Brasil e da articulação de Políticas Públicas (5035).

Tabela 3 – Execução Financeira das ações do Programa 5024 – Atenção Integral à Primeira Infância na Agenda Primeira Infância de 2022 (Em milhões, R\$)

Programa			Dotação Final	Empenhado	Liquidado	Pago
5024 Atenção Integral à Primeira Infância			R\$ 416,82	R\$ 416,80	R\$ 367,20	R\$ 367,20
Ação Orçamentária	Plano Orçamentário	Grupo				
217M – Desenvolvimento Integral na Primeira Infância – Criança Feliz	0000 – Desenvolvimento Integral na Primeira Infância – Criança Feliz	Exclusivo	R\$ 416,82	R\$ 416,80	R\$ 367,20	R\$ 367,20

Elaboração: SOF/MPO

O Programa Atenção à Primeira Infância (5024) foi criado para dedicar-se integralmente ao público em questão. Abrigou o financiamento do Criança Feliz, uma estratégia de promoção do desenvolvimento integral de crianças durante a Primeira Infância e de interrupção do ciclo intergeracional de reprodução da pobreza, que está presente em 3.020 municípios dos 26 Estados e no Distrito Federal. Os dados do acompanhamento orçamentário da ação 217M mostram que, em 2022, o Criança Feliz atendeu 315.913 crianças e gestantes, de um total de 1,9 milhão desde maio de 2019. Em todo o período de sua implementação, foram realizadas mais de 78 milhões de visitas domiciliares.

Os outros cinco programas compõem o grupo das despesas não-exclusivas. O Programa Produção de Dados e Conhecimento para o Aprimoramento de Políticas Públicas (5029) buscou contemplar o monitoramento e a avaliação das políticas de transferência condicionada de renda, tendo como referência o Cadastro Único para Programas Sociais - CadÚnico. Em dezembro de 2022, o CadÚnico contava com 41.293.865 famílias cadastradas, o que representa um pouco mais de 93,6 milhões de pessoas (média de 2,27 pessoas por família), das quais 11.302.029 – ou cerca de 25% – eram crianças até 6 anos de idade.

O Programa Proteção Social do âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS (5031) contém o Benefício de Prestação Continuada – BPC na escola (ação

orçamentária 2589, PO 0001), que visa garantir o acesso e a permanência na escola de crianças e adolescentes (0-18 anos) com deficiência, beneficiários do BPC. É, portanto, uma despesa não-exclusiva, que possui registros do atendimento a crianças pequenas. A política está presente em mais de 5 mil municípios, de todos os estados e o DF, contando atualmente com mais de 512 mil beneficiários, dos quais cerca de 82.500 encontram-se na faixa etária entre 0 e 6 anos, o que representa 16,6% do total do público-alvo do Programa.

Com relação à ação orçamentária 219E do mesmo Programa, o Governo Federal cofinanciou a oferta de serviços em 7,45 mil Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, o que equivale a 87% dos 8,5 mil existentes, cuja cobertura atinge 30,4 milhões de famílias, em 5,5 mil municípios. O atendimento e acompanhamento das famílias realizado nos CRAS é complementado pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, que oferta atividades a grupos de usuários, organizados por faixas etárias. Em 2022, o SCFV atendeu 82.374 crianças na faixa entre 0 e 6 anos, das quais 26,5 mil em alguma das situações prioritárias, como vivência de violência e/ou negligência.

Já a ação 219F se refere ao cofinanciamento federal dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS, locais em que são ofertados diversos serviços especializados a pessoas ou famílias em situações de risco social ou que tiveram seus direitos violados (violência, abuso ou exploração sexual, situação de rua, trabalho infantil, dentre outras). O Governo Federal cofinancia a oferta de serviços em 2,6 mil unidades CREAS, cobrindo aproximadamente 2,5 mil municípios. Em 2022, apenas nas situações cujos dados do sistema RMA/SNAS apresentam o recorte de 0-6 anos, foram atendidas: 16.763 casos de vítimas de violência intrafamiliar, 7.496 casos de abuso sexual, 306 casos de exploração sexual e 21.393 casos de vítimas de negligência ou abandono.

Por sua vez, o Programa Rede de Suporte Social ao Dependente Químico: Cuidados, Prevenção e Reinserção Social (5032) propõe a promoção de ações para a redução da demanda de drogas, por meio de: a) a prevenção ao uso de tabaco e seus derivados, de álcool e outras drogas e b) o tratamento, o acolhimento, a recuperação e o apoio ao dependente químico e seus familiares e o desenvolvimento e a implementação de estratégias e ações de prevenção, cuidados e de inclusão social à mãe nutriz e à primeira infância. Em 2022, foram disponibilizadas 119 vagas para mãe nutriz financiadas pelo Governo Federal em Comunidades Terapêuticas. As vagas atendem mães nutriz com crianças de até 12 meses.

O Programa Segurança Alimentar e Nutricional (5033) financia a implantação de tecnologias sociais, sistemas coletivos de abastecimentos e outras estruturas e equipamentos de acesso à água. A ação orçamentária 8948 busca a promoção do uso sustentável de recursos hídricos, envolvendo processos de capacitação e mecanismos de gestão que viabilizem atividades de inserção produtiva e social, associados à maior disponibilidade da água proporcionada por tais tecnologias e equipamentos. Em 2022, foram entregues 5.946 tecnologia de acesso à água (5.070 de água para consumo humano, 856 de água para produção e 20 cisternas escolares). A construção de cisternas atende a famílias rurais inscritas no CadÚnico sem acesso ou com acesso precário à água, com prioridade para a região do Semiárido. Seus resultados impactam diretamente a qualidade de vida das famílias beneficiárias, em diferentes aspectos, inclusive das crianças na fase da primeira infância.

No âmbito do Programa Promoção de Cidadania por meio do Auxílio Brasil e da Articulação de Políticas Públicas, encontra-se a ação orçamentária com maior impacto no volume de gastos não-exclusivos em 2022. Tratou-se da ação 21DP – Transferência de renda relativo aos Benefícios e Auxílio do Programa Auxílio Brasil. Quando da elaboração do primeiro relatório da Agenda da Primeira Infância, publicado em 2022, existia um plano orçamentário específico sinalizando o Auxílio Criança Cidadã. Na elaboração deste segundo relatório, constatou-se que as transferências a esse público seguiram sendo realizadas, mas em plano orçamentário diferente e não-exclusivo, PO 0001 – Benefícios Financeiros do Programa Auxílio Brasil.

Tabela 4 – Execução Financeira das ações do Programa 5035 – Promoção de cidadania por meio do Auxílio Brasil e da articulação de Políticas Públicas na Agenda Primeira Infância de 2022 (Em milhões, R\$)

Programa			Dotação Final	Empenhado	Liquidado	Pago
5035 Promoção de cidadania por meio do Auxílio Brasil e da articulação de Políticas Públicas			R\$ 9.299,15	R\$ 9.232,44	R\$ 9.232,44	R\$ 9.232,44
Ação Orçamentária	Plano Orçamentário	Grupo				
21DP Transferência de Renda para Pagamento dos Benefícios e Auxílios do Programa Auxílio Brasil	Todos os Planos Orçamentários	Não Exclusivo	R\$ 9.299,15	R\$ 9.232,44	R\$ 9.232,44	R\$ 9.232,44

Elaboração: SOF/MPO

Em 2022, especificamente quanto à Primeira Infância nesse Programa, foram gerados cerca de 2,78 milhões de benefícios, no valor médio de R\$ 130,00 cada, resultando em um montante de cerca de R\$ 4,34 bilhões transferidos para o público de 0 a 36 meses de idade, conforme identificado pelo MDS, pertencente a famílias beneficiárias do Programa.

No campo dos compromissos em saúde executados pelo MS, no 2º semestre de 2022, 4,3 milhões foram acompanhadas. Dessas, 97,1% cumpriram as condicionalidades relativas à vacinação e à vigilância alimentar e nutricional. Também foram acompanhadas quase 90% do público feminino beneficiário do Programa, equivalente a 20 milhões de mulheres, dentre as quais se identificou 710.406 gestantes. Desse grupo, 99,94% cumpriram as condicionalidades relativas à realização do pré-natal.

Nos compromissos em educação, em 2022, houve ampliação da faixa etária acompanhada (inclusão dos públicos de 4 e 5 anos e 18 a 21 anos). Entre outubro e novembro de 2022, 71,44% ou 14,84 milhões do público foi acompanhado. Desses, 95,17% cumpriram as condicionalidades relativas à frequência escolar estabelecida. No recorte do público de 4 e 5 anos, no mesmo período de 2022, aproximadamente 1,7 milhões dos 2,9 milhões de beneficiários foram acompanhados. Desses, 94,9% cumpriram a frequência escolar exigida.

Tabela 5 – Execução Financeira das ações dos Programas 5033– Segurança Alimentar e Nutricional, 5029 - Produção de Dados e Conhecimento para o Aprimoramento de Políticas Públicas e Proteção Social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) na Agenda Primeira Infância de 2022 (Em milhões, R\$)

Programa			Dotação Final	Empenhado	Liquidado	Pago
5033 - Segurança Alimentar e Nutricional			R\$ 9,3	R\$ 8,2	R\$ 5,8	R\$ 4,8
Ação Orçamentária	Plano Orçamentário	Grupo				
2798 - Aquisição e Distribuição de Alimentos da Agricultura Familiar para Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional	Todos os Planos Orçamentários	Natureza Difusa	R\$ 7,3	R\$ 6,2	R\$ 5,2	R\$ 4,2
8458 - Apoio à Agricultura Urbana	Todos os Planos Orçamentários	Natureza Difusa	R\$ 0,1	R\$ 0,1	R\$ 0,1	R\$ 0,1
8948 - Implantação de Equipamentos e de Tecnologia Social de Acesso à Água para Consumo Humano e Produção de Alimentos	Todos os Planos Orçamentários	Não Exclusivo	R\$ 1,9	R\$ 1,9	R\$ 0,5	R\$ 0,5
Programa			Dotação Final	Empenhado	Liquidado	Pago
5029 - Produção de Dados e Conhecimento para o Aprimoramento de Políticas Públicas			R\$ 3,73	R\$ 3,72	R\$ 1,35	R\$ 1,35
Ação Orçamentária	Plano Orçamentário	Grupo				
4923 - Produção e Disseminação de Dados para Gestão de Políticas do Ministério da Cidadania	Todos os Planos Orçamentários	Não Exclusivo	R\$ 0,3	R\$ 0,3	R\$ 0,0	R\$ 0,0
6414 - Sistema Nacional para Identificação e Seleção de Público-Alvo para os Programas Sociais do Governo Federal - Cadastro Único	Todos os Planos Orçamentários	Não Exclusivo	R\$ 3,5	R\$ 3,5	R\$ 1,3	R\$ 1,3
5031 - Proteção Social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)			R\$ 76,7	R\$ 76,7	R\$ 73,9	R\$ 73,6
Ação Orçamentária	Plano Orçamentário	Grupo				
219E - Ações de Proteção Social Básica	Todos os Planos Orçamentários	Não Exclusivo	R\$ 50,1	R\$ 50,1	R\$ 47,7	R\$ 47,5
219F - Ações de Proteção Social Especial	Todos os Planos Orçamentários	Não Exclusivo	R\$ 26,5	R\$ 26,5	R\$ 26,2	R\$ 26,1
2589 - Avaliação e Operacionalização do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e Manutenção da Renda Mensal Vitalícia (RMV)	Todos os Planos Orçamentários	Não Exclusivo	R\$ 0,0	R\$ 0,0	R\$ 0,0	R\$ 0,0

Elaboração: SOF/MPO

Ministério da Educação

Em 2022, o MEC aportou à Agenda dois programas: Educação Infantil (6015), um dos dois programas da Agenda integralmente dedicado a crianças entre zero e seis anos (o outro programa está no escopo do então Ministério da Cidadania), e Educação Básica de Qualidade (5011), o qual atende um público mais amplo, por abranger educação fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos.

Tabela 6 – Execução Financeira das ações do Programa 5011 - Educação Básica de Qualidade na Agenda Primeira Infância de 2022 (Em milhões, R\$)

Programa			Dotação Final	Empenhado	Liquidado	Pago
5011 - Educação Básica de Qualidade			R\$ 1.382,59	R\$ 1.379,99	R\$ 1302,15	R\$ 1302,02
Ação Orçamentária	Plano Orçamentário	Grupo				
00PI - Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica (PNAE)	0001 - PNAE – Primeira Infância	Exclusivo	R\$ 1.050,06	R\$ 1.048,99	R\$ 1.048,99	R\$ 1.048,99
0509 - Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica	Todos os Planos Orçamentários	Não Exclusivo	R\$ 0,05	R\$ 0,05	R\$ 0,05	R\$ 0,05
0515 - Dinheiro Direto na Escola para a Educação Básica	000B - PDDE - Programa Primeira Infância na Escola	Exclusivo	R\$ 71,22	R\$ 71,22	R\$ 46,03	R\$ 46,03
0515 - Dinheiro Direto na Escola para a Educação Básica	Demais Planos Orçamentários	Não Exclusivo	R\$ 100,84	R\$ 100,84	R\$ 99,18	R\$ 99,18
0969 - Apoio ao Transporte Escolar na Educação Básica	Todos os Planos Orçamentários	Não Exclusivo	R\$ 63,08	R\$ 63,08	R\$ 63,08	R\$ 63,08
0E53 - Aquisição de Veículos para o Transporte Escolar da Educação Básica - Caminho da Escola	Todos os Planos Orçamentários	Não Exclusivo	R\$ 1,07	R\$ 0,60	R\$ 0,00	R\$ 0,00
20RI - Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica	Todos os Planos Orçamentários	Não Exclusivo	R\$ 4,83	R\$ 4,76	R\$ 2,68	R\$ 2,55
20RP - Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica	Todos os Planos Orçamentários	Não Exclusivo	R\$ 44,70	R\$ 43,71	R\$ 2,64	R\$ 2,64
20RQ - Produção, Aquisição e Distribuição de Livros e Materiais Didáticos e Pedagógicos para Educação Básica	0004 - PNLD - Primeira Infância	Exclusivo	R\$ 46,75	R\$ 46,75	R\$ 39,51	R\$ 39,51

Elaboração: SOF/MPO

Na frente de alimentação escolar (ação orçamentária 00PI), que opera sob o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, foram atendidos 7.076.484 estudantes da Educação Infantil pública, sendo 2.972.892, de creches e 4.103.592, de pré-escolas. Por outro lado, foram descentralizados recursos à rede federal para o atendimento de 2.396 estudantes, sendo 1.021, de creches e 1.375, de pré-escolas. Para o cálculo do valor total a ser repassado à rede pública, multiplicam-se o nº de alunos da educação básica pública, registrado no Censo Escolar, o nº de dias letivos e os valores per capita (art. 47, Resolução nº 6/2020), que, em 2022, eram de R\$ 0,53 para estudantes de pré-escola; R\$ 1,07 para os de creches; e R\$ 1,07 para os de período integral matriculados nessas etapas.

No âmbito do Programa Educação Básica de Qualidade e especificamente em relação a etapa de educação infantil, 28 novos Planos de Ações Articuladas - PAR foram apoiados com os recursos da ação orçamentária 0509, alcançando 13 entes federados. Os Planos são relevantes instrumentos de planejamento multidimensional da política de educação para os entes subnacionais.

Complementarmente, houve ações de apoio à infraestrutura das edificações de ensino para a educação infantil, financiadas pela programação 20RP, que apoiaram 49 novos projetos. Outros 3 projetos, pactuados em exercícios anteriores, receberam empenho complementar. Ao todo, foram beneficiados 37 entes federados.

Em relação à ação orçamentária 0515 - Dinheiro Direto na Escola para a Educação Básica, os valores repassados contribuem para o atendimento das necessidades prioritárias das escolas públicas de educação básica do país, bem como das escolas privadas de educação especial de atendimento direto e gratuito. Em 2022, 123.035 escolas foram beneficiadas.

Na frente de transporte escolar, 7% do total de repasse feito em 2022 no âmbito da ação orçamentária 0969, que atende os alunos da educação básica pública residentes em área rural por meio do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar – PNATE, foram voltados à Primeira Infância.

Na linha de atuação para distribuição de materiais didáticos (ação orçamentária 20RQ), no exercício de 2022 foram adquiridos 2.464.623 livros, para a utilização no ano letivo de 2023, atendendo a 4.435.407 alunos em 61.064 escolas de educação infantil.

No escopo do Programa 6015 - Educação Infantil, exclusivo para a Primeira Infância, por meio da ação orçamentária 00OW, foram beneficiadas 35.050 matrículas em creches e pré-escolas a título de Novas Turmas (Brasil Carinhoso). Para os Novos Estabelecimentos (Proinfância), foram contempladas 7.238 novas matrículas em creches e pré-escolas.

Já com os recursos da ação orçamentária 00SU, foram apoiados 21 novos projetos e 805 projetos pactuados em exercícios anteriores, que necessitavam de empenho complementar. Os recursos beneficiaram 667 entes federados na construção de creches e pré-escolas, por meio de assistência técnica e financeira do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação – FNDE.

Tabela 7 – Execução Financeira das ações do Programa 6015 – Educação Infantil e na Agenda Primeira Infância de 2022 (Em milhões, R\$)

Programa			Dotação Final	Empenhado	Liquidado	Pago
6015 - Educação Infantil			R\$ 502,28	R\$ 496,59	R\$ 178,44	R\$ 178,44
Ação Orçamentária	Plano Orçamentário	Grupo				
00OW - Apoio à manutenção da educação infantil	0000 - Apoio à manutenção da educação infantil	Exclusivo	R\$ 193,83	R\$ 188,13	R\$ 98,13	R\$ 98,13
00SU - Apoio à implantação de escolas para educação infantil	0001 - Creches	Exclusivo	R\$ 308,46	R\$ 308,46	R\$ 80,32	R\$ 80,32

Elaboração: SOF/MPO

Ministério da Saúde

Em 2022, o MS identificou sete programas como financiando a Agenda Transversal e Multissetorial da Primeira Infância: Assistência Farmacêutica no SUS (5017), Atenção Especializada à Saúde (5018), Atenção Primária à Saúde (5019), Desenvolvimento Científico, Tecnológico e Produtivo em Saúde (5020), e Proteção, Promoção e Recuperação da Saúde Indígena (5022), Vigilância em Saúde (5023) e Segurança Alimentar e Nutricional (5033).

Tabela 8 – Execução Financeira das ações do Programa 5017- Assistência Farmacêutica no SUS na Agenda Primeira Infância de 2022 (Em milhões, R\$)

Programa			Dotação Final	Empenhado	Liquidado	Pago
5017 - Assistência Farmacêutica no SUS			R\$ 972,5	R\$ 972,5	R\$ 737,4	R\$ 723,5
Ação Orçamentária	Plano Orçamentário	Grupo				
20AE - Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde	Todos os planos orçamentários	Não Exclusivo	R\$ 167,0	R\$ 167,0	R\$ 134,1	R\$ 134,1
4295 - Atenção aos Pacientes Portadores de Doenças Hematológicas	Todos os planos orçamentários	Não Exclusivo	R\$ 118,9	R\$ 118,9	R\$ 91,3	R\$ 91,3
4368 - Promoção da Assistência Farmacêutica por Meio da Disponibilização de Medicamentos e Insumos em Saúde do Componente Estratégico	Todos os planos orçamentários	Não Exclusivo	R\$ 39,7	R\$ 39,7	R\$ 19,8	R\$ 19,7
4705 - Promoção da Assistência Farmacêutica por meio da Disponibilização de Medicamentos do Componente Especializado	Todos os planos orçamentários	Não Exclusivo	R\$ 646,8	R\$ 646,8	R\$ 492,2	R\$ 478,4

Elaboração: SOF/MPO

A assistência farmacêutica no Sistema Único de Saúde - SUS distribui medicamentos e insumos na atenção básica em saúde, no componente estratégico e no componente especializado, além da atenção a pacientes com doenças hematológicas. Em 2022, o escopo da atenção a pacientes com doenças hematológicas (ação orçamentária 4295) registrou 1.406 pacientes na faixa etária de 0 a 6 anos cadastrados no Sistema Hemovida Web Coagulopatias - HWC, com diagnósticos diversos de doenças hemorrágicas hereditárias. Desse total, 1.029 pacientes foram atendidos e usaram medicamentos pró-coagulantes adquiridos pelo Ministério da Saúde e dispensados ao SUS. Foram dispensadas 1.084.942.914 Unidades Internacionais (UI) de hemoderivados.

Por meio do Componente Estratégico da Assistência Farmacêutica – CESAF (ação orçamentária 4368), foram distribuídas 6.695.104 unidades farmacêuticas de medicamentos e insumos estratégicos para a população coberta pela Agenda da Primeira Infância ao longo de 2022. Esses produtos destinavam-se ao combate à desnutrição, ao tratamento de doenças pulmonares ou cardíacas em crianças prematuras, ao tratamento e prevenção à influenza e ao tratamento da tuberculose.

Quanto aos medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica - CEAF (ação orçamentária 4705), destaca-se a aquisição de 2.418.980 unidades farmacêuticas de medicamento utilizado na prevenção do tromboembolismo venoso em gestantes no período.

Tabela 9 – Execução Financeira das ações do Programa 5018 - Atenção Especializada à Saúde na Agenda Primeira Infância de 2022 (Em milhões, R\$)

Programa			Dotação Final	Empenhado	Liquidado	Pago
5018 - Atenção Especializada à Saúde			R\$ 4.652,3	R\$ 4.638,2	R\$ 4.423,1	R\$ 4.418,7
Ação Orçamentária	Plano Orçamentário					
21CD - Implementação de Políticas de Atenção Especializada à Saúde	Todos os planos orçamentários	Não Exclusivo	R\$ 3,2	R\$ 3,1	R\$ 0,9	R\$ 0,6
21D9 - Estruturação dos Serviços de Hematologia e Hemoterapia	Todos os planos orçamentários	Não Exclusivo	R\$ 2,1	R\$ 2,1	R\$ 1,1	R\$ 1,1
6516 - Aperfeiçoamento e Avaliação dos Serviços de Hemoterapia e Hematologia	Todos os planos orçamentários	Não Exclusivo	R\$ 8,9	R\$ 8,9	R\$ 6,3	R\$ 6,1
8535 - Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde	000C - Estruturação da Rede Cegonha	Exclusivo	R\$ 20,7	R\$ 16,0	R\$ 2,8	R\$ 2,7
8535 - Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde	Demais Planos Orçamentários	Não Exclusivo	R\$ 117,7	R\$ 108,4	R\$ 21,5	R\$ 21,5
8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade	Todos os planos orçamentários	Não Exclusivo	R\$ 4499,8	R\$ 4499,6	R\$ 4390,5	R\$ 4386,7

Elaboração: SOF/MPO

Dentro da Agenda da Primeira Infância, as entregas deste programa oferecem serviços de triagem precoces importantes ao tratamento de deficiências auditivas, visuais e hemoglobinopatias. Referem-se à Rede Cegonha, a triagem auditiva neonatal, a atenção para procedimentos de média e alta complexidade com foco em bebês e crianças com deficiência e a estruturação e aperfeiçoamento dos serviços de hemoterapia e hematologia.

O Rede Cegonha (ação orçamentária 8535/PO 000C) foi criado para estruturar e organizar a atenção materno-infantil no SUS. Visa qualificar os serviços ofertados pela rede pública de saúde desde o planejamento familiar, passando pela confirmação da gravidez, pré-natal, parto e puerpério, chegando aos cuidados com a criança a partir do nascimento seguro, crescimento e desenvolvimento saudável. Em 2022, foram habilitadas 13 propostas para estruturação de unidades, sendo 5 reformas de Banco de Leite Humano - BLH, 5 reformas de Unidade de Cuidados

Intermediários Canguru - UCINCa, 1 reforma de Unidade de Cuidados Intermediários Convencionais - UCINCo, 1 reforma de Unidade de Terapia Intensiva Neonatal - UTIN e 1 reforma de Maternidade.

Na estruturação de outras unidades de atenção especializada (ação orçamentária 8535/demais PO), destaca-se a existência de 1.278 estabelecimentos de saúde que realizam o registro de procedimentos de Triagem Auditiva Neonatal - TAN no Sistema de Informações Ambulatoriais - SIA/SUS e no Sistema de Informações Hospitalares - SIH/SUS. A Cobertura da TAN, essencial para qualificação da saúde neonatal uma vez que possibilita a detecção precoce das deficiências auditivas e o acesso ao diagnóstico e a reabilitação em tempo oportuno, foi de 36,9%.

No escopo dos procedimentos de média e alta complexidade (ação orçamentária 8585), destacam-se diversas medidas de atenção aos bebês. Conforme dados preliminares, ao longo de 2022, foram disponibilizados na atenção à gestante: 232 novos leitos para gestantes de alto risco, totalizando 2.958 leitos; 224 quartos para pré-parto, parto e puerpério em 54 Centros de Parto Normal - CNP; além de habilitar seis maternidades de baixo risco - MAB sendo três MAB I e três MAB II; dois serviços de atenção ambulatorial especializada ao seguimento do recém-nascido e criança egressos de unidade neonatal - ANEO; e 634 camas em 41 casas da gestante bebê e puérpera - CGBP.

No mesmo período, na atenção ao recém-nascido, foram disponibilizados: 491 novos leitos de UTI neonatal tipos II (434) e III (57), totalizando 4.194 leitos; 332 novos leitos em unidades de cuidado intermediário convencional - UCINCO, alcançando um total de 3.192 leitos; e 210 novos leitos em unidades de cuidado intermediário canguru - UCINCA, chegando a 1.004 leitos.

Registra-se, ainda, que 26,72% das crianças nascidas com cardiopatia congênita foram operadas no primeiro ano de vida, o que corresponde a 2.429 crianças operadas, conforme dados parciais .

Como incentivo ao aleitamento materno, o MS confere o selo de qualidade “Iniciativa Hospital Amigo da Criança – IHAC” aos hospitais que cumprem os 10 passos instituídos pelo Unicef e pela Organização Mundial de Saúde - OMS. Para ser amigo da criança, o hospital deve também respeitar outros critérios, como cuidar de forma respeitosa e humanizada da mulher durante o pré-parto, parto e o pós-parto, garantir livre acesso à mãe e ao pai e a permanência deles junto ao

recém-nascido internado, durante 24 horas, e cumprir a Norma Brasileira de Comercialização de Alimentos para Lactentes e Crianças na Primeira Infância - NB-CAL. Em 2022, seis hospitais foram habilitados com o selo de qualidade da IHAC, totalizando 311 hospitais amigos da criança. Esse número corresponde a 10,7% dos estabelecimentos que realizam partos no país. Aproximadamente 25% das crianças que nascem no Brasil, nascem em hospitais credenciados na iniciativa.

Ainda no âmbito da atenção para procedimentos de média e alta complexidade, destaca-se a atenção a crianças com deficiência entre zero e seis anos. Em 2022, na Rede de Cuidados da Pessoa com Deficiência - RCPD, foram realizados 8.167.562 procedimentos, conforme dados extraídos no SIA/SUS. Nas categorias mais atendidas na infância, encontram-se o autismo infantil, transtornos globais não especificados do desenvolvimento, transtornos específicos mistos do desenvolvimento e distúrbios da atividade e da atenção - TDAH.

Na frente de atenção à saúde da pessoa com deficiência (ação orçamentária 21CD/PO 0001), o MS, por meio de cooperação com a Universidade Federal do Maranhão -UFMA, ofertou o curso de “Atenção na identificação precoce de deficiências em crianças por meio de Triagem Auditiva Neonatal - TAN e Triagem Ocular Neonatal - TON”, para qualificar os profissionais de saúde que atuam no SUS na identificação precoce das deficiências auditivas e visuais. Em 2022, 2.269 profissionais de saúde concluíram o curso com aprovação.

Em 2022 houve a estruturação de 30 serviços de hematologia e hemoterapia (ação orçamentária 21D9), sendo empenhados convênios e instrumentos congêneres (propostas) no Distrito Federal e 24 estados: Acre, Alagoas, Amazonas, Amapá, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Roraima, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Tocantins.

No âmbito da atenção aos pacientes com doença falciforme e outras hemoglobinopatias (ação orçamentária 6516), o cadastro nacional totalizou 28.374 cadastros ativos. Desse total, 5.079 são de crianças de 0 a 6 anos diagnosticadas pelo Programa Nacional de Triagem Neonatal - Teste do Pezinho, sendo 88,66% com doença falciforme, 9,14% com outras hemoglobinopatias e 2,21% com talassemias. Nesse Programa, o percentual médio de coleta alcançado foi de 60,50% para os recém-nascidos vivos com coleta do teste do pezinho até o 5º dia de vida. A cobertura do exame doppler transcraniano para crianças com doença falciforme (Distrito

Federal) aos 2 anos de idade foi de 21,78%. Houve ampliação da cobertura em 11 estados: Goiás, Mato Grosso do Sul, Alagoas, Bahia, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

Tabela 10 – Execução Financeira das ações do Programa 5019 - Atenção Primária à Saúde na Agenda Primeira Infância de 2022 (Em milhões, R\$)

Programa			Dotação Final	Empenhado	Liquidado	Pago
5019 - Atenção Primária à Saúde			R\$ 1410,4	R\$ 1410,4	R\$ 1394,9	R\$ 1392,7
Ação Orçamentária	Plano Orçamentário	Grupo				
219A - Piso de Atenção Primária à Saúde	Todos os planos orçamentários	Não Exclusivo	R\$ 1376,4	R\$ 1376,4	R\$ 1376,2	R\$ 1376,2
21CE - Implementação de Políticas de Atenção Primária à Saúde	0009 - Implementação de Políticas para a Rede Cegonha	Inserir	R\$ 27,5	R\$ 27,5	R\$ 13,7	R\$ 13,7
21CE - Implementação de Políticas de Atenção Primária à Saúde	Demais Planos Orçamentários	Não Exclusivo	R\$ 6,4	R\$ 6,4	R\$ 5,0	R\$ 2,8

Elaboração: SOF/MPO

No âmbito da ação orçamentária 219A, ao final de 2022, segundo dados extraídos do Sistema de Informações de Atenção Básica - SIAB, 14.952.114 crianças na faixa etária de zero a seis anos de idade estavam cadastradas na Atenção Primária à Saúde - APS. Dessas, 7.028.298 foram atendidas na APS, considerando as consultas em geral, e 1.211.573 passaram por atendimento odontológico.

Ainda em 2022, 865.523 gestantes realizaram 6 ou mais consultas pré-natal, com o primeiro atendimento até 12ª semana. No terceiro quadrimestre de 2022, a proporção de gestantes com realização de exames para sífilis e HIV correspondeu a 62%. No mesmo período, a proporção de crianças de um ano de idade vacinadas na APS contra Difteria, Tétano, Coqueluche, Hepatite B, infecções causadas por haemophilus influenza tipo b e Poliomielite inativada foi de 68%.

Também se destaca o acompanhamento das condicionalidades de saúde do Programa Bolsa Família, já citados no escopo das ações do então Ministério da Cidadania em conjunto com o MS.

A Estratégia Qualineo (ação orçamentária 21CE/PO 0003 e 0006) integra um conjunto de ações do MS voltadas à saúde da criança e visa contribuir para a efetividade da atenção ao recém-nascido de risco. Destaca-se a ampliação do alcance da estratégia para os 26 estados e para o Distrito Federal, possibilitando a quali-

ficação da assistência e da gestão do cuidado neonatal, garantindo o acesso dos recém-nascidos às boas práticas no parto e nascimento e no cuidado neonatal com vistas à redução da mortalidade. Em 2022, foram realizados sete cursos EAD, certificando 15.713 profissionais, de todas as unidades da federação, em: (i) Atualização de segurança do paciente no cuidado neonatal (1.092 certificados); (ii) Nutrição do RN de Risco (763 certificados); (iii) Suporte ventilatório - cuidados com CPAP (1.085 certificados); (iv) Atualização em Diagnóstico de Infecção e uso de Antimicrobianos em Neonatologia (ainda em atividade – 2.367 inscritos); (v) Sensibilização da Atenção Humanizada ao Recém-Nascido - Método Canguru EaD autroinstrucional (2.132 alunos certificados); (vi) Atualização na Atenção Humanizada ao Recém-Nascido - Método Canguru no contexto hospitalar em EaD tutoriado (certificados 161 alunos); e (vii) “Caderneta da Criança: Instrumento intersetorial para promoção da atenção integral à saúde da criança” (10.480 profissionais capacitados). Foi realizado, ainda, o Curso de Especialização em Enfermagem Neonatal que formou 153 enfermeiros das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Também foi efetivada a capacitação de 958 profissionais da Atenção Primária em Saúde e Distrito Sanitário Especial Indígena - DSEI nas regiões remotas dos estados do Amazonas e Pará, por meio da iniciativa Força Pré-natal do SUS.

No mesmo ano, o MS lançou uma chamada pública para o financiamento de pesquisas na área de Saúde da Criança, com o enfoque nos seguintes temas: Cuidado Neonatal, Puericultura e Práticas Parentais.

Tabela 11 – Execução Financeira das ações do Programa 5020: Desenvolvimento Científico, Tecnológico e Produtivo em Saúde na Agenda Primeira Infância de 2022 (Em milhões, R\$)

Programa			Dotação Final	Empenhado	Liquidado	Pago
5020 - Desenvolvimento Científico, Tecnológico e Produtivo em Saúde			R\$ 20,8	R\$ 20,7	R\$ 11,7	R\$ 11,4
Ação Orçamentária	Plano Orçamentário	Grupo				
8305 - Atenção de Referência e Pesquisa Clínica em Patologias de Alta Complexidade da Mulher, da Criança e do Adolescente e em Doenças Infeciosas	Todos os planos orçamentários	Não Exclusivo	R\$ 20,8	R\$ 20,7	R\$ 11,7	R\$ 11,4

Elaboração: SOF/MPO

A frente científico tecnológica das ações em saúde que atende a primeira infância conta com a atuação do Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira – Fiocruz (ação orçamentária 8305), que atende a recém-nascidos e crianças com condições crônicas e/ou raras. Em 2022, o Instituto atendeu 24.939 crianças e recém-nascidos.

Tabela 12 – Execução Financeira das ações do Programa 5022 - Proteção, Promoção e Recuperação da Saúde Indígena na Agenda Primeira Infância de 2022 (Em milhões, R\$)

Programa			Dotação Final	Empenhado	Liquidado	Pago
5022 - Proteção, Promoção e Recuperação da Saúde Indígena		Grupo	R\$ 135,3	R\$ 135,2	R\$ 128,0	R\$ 125,7
Ação Orçamentária	Plano Orçamentário					
20YP - Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde Indígena	Todos os planos orçamentários	Não Exclusivo	R\$ 135,3	R\$ 135,2	R\$ 128,0	R\$ 125,7

Elaboração: SOF/MPO

Conforme registrado no Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena - SIASI, 9.582 crianças indígenas menores de 1 ano tiveram acesso às consultas de crescimento e desenvolvimento, o que representa 43,1% do total de crianças para essa faixa etária (ação orçamentária 20YP).

Dados preliminares registram que, em 2022, 94.677 crianças indígenas menores de 5 anos tiveram o acompanhamento do estado alimentar e nutricional, representando 89,6% do total de crianças dessa faixa etária (ação orçamentária 20YP).

Tabela 13 – Execução Financeira das ações do Programa 5023: Vigilância Em Saúde na Agenda Primeira Infância de 2022 (Em milhões, R\$)

Programa			Dotação Final	Empenhado	Liquidado	Pago
5023 - Vigilância em Saúde			R\$ 677,5	R\$ 677,5	R\$ 316,0	R\$ 314,5
Ação Orçamentária	Plano Orçamentário	Grupo				
20YE - Aquisição e Distribuição de Imunobiológicos e Insumos para Prevenção e Controle de Doenças	Todos os planos orçamentários	Não Exclusivo	R\$ 673,5	R\$ 673,5	R\$ 312,6	R\$ 311,8
20YJ - Fortalecimento do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde	Todos os planos orçamentários	Não Exclusivo	R\$ 4,0	R\$ 4,0	R\$ 3,5	R\$ 2,7

Elaboração: SOF/MPO

No programa 5023, as ações que alcançam a primeira infância referem-se especialmente às campanhas vacinais, ao monitoramento de óbitos maternos e infantis, e à eliminação da transmissão vertical de doenças.

Em relação à aquisição e distribuição de imunobiológicos e insumos para prevenção e controle de doenças (ação orçamentária 20YE), destacam-se os seguintes resultados:

- Realização do Inquérito de cobertura vacinal nas capitais de 19 estados e no Distrito Federal em crianças nascidas em 2017 e residentes na área urbana. Este inquérito teve início em 2019, com previsão de finalização em 2024.
- Realização da 24ª Campanha Nacional de Vacinação contra a Influenza que teve como público-alvo crianças de 6 meses a menores de 5 anos de idade, com a aplicação de 6.464.808 doses e uma cobertura vacinal alcançada de 65,2%.
- Realização da 8ª Campanha Nacional de Seguimento e Vacinação de Trabalhadores da Saúde contra o Sarampo, tendo como público-alvo crianças de 6 meses a menores de 5 anos de idade, com a aplicação de 6.552.277 doses e uma cobertura vacinal alcançada de 76%.
- Realização de Campanha Nacional de Vacinação contra Poliomielite com a aplicação de 8.398.435 doses e uma cobertura vacinal alcançada de 72,57%.
- Realização da 24ª Campanha Nacional de Vacinação contra a Influenza, tendo como público-alvo gestantes e puérperas com a aplicação de 1.165.677 de doses e uma cobertura vacinal alcançada de 57%.
- Vacinação contra influenza em puérperas com a aplicação de 178.964 doses e uma cobertura vacinal alcançada de: 53,3%.
- Manutenção da aquisição centralizada e fornecimento a estados e municípios do medicamento para a inibição farmacológica da lactação de parturientes vivendo com HIV, com vistas à prevenção da transmissão vertical do HIV e HTLV.
- Manutenção e ampliação de acesso de gestantes a insumos de diagnóstico, tratamento em prevenção da Transmissão Vertical do HIV, da Sífilis e das hepatites virais. Em 2022, o Brasil distribuiu 413.073.713 milhões de preservativos masculinos e 7.462.164 milhões de femininos para os 26 estados e o Distrito Federal (DATHI/SVSA, 2022).

Nas ações de eliminação da transmissão vertical de HIV ou sífilis (ação orçamentária 20YJ), destaca-se a estratégia de fortalecimento da vigilância por meio de Certificação de Eliminação ou Selos de Boas Práticas. Este esforço nacional certificou, em 2022, 43 municípios quanto ao atendimento a padrões de indicadores, o alcance de metas e a qualificação de processos de vigilância, assistência e gestão.

Em 2022, o Pacto Nacional para a Eliminação da Transmissão Vertical de HIV, Sífilis, Hepatite B e Doença de Chagas como Problemas de Saúde Pública foi aprovado na Comissão Intergestores tripartite e firmada, a cooperação e aporte financeiro, junto à Secretaria-Geral Ibero-Americana (Segib), para a Iniciativa “Chagas Congênito - Nenhum Bebê com Chagas: o Caminho para Novas Gerações sem Chagas”.

Outro ponto que merece destaque foi a aquisição de testes confirmatórios de toxoplasmose congênita para triagem neonatal pela Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente - SVSA. Com a publicação da Portaria GM/MS Nº 1.369 em 06 de junho de 2022, a toxoplasmose passou a fazer parte do escopo do Programa Nacional de Triagem Neonatal - PNTN – teste do pezinho, em cumprimento a etapa I da Lei 14.154/2021.

Tabela 14 – Execução Financeira das ações do Programa 5033 - Segurança Alimentar e Nutricional na Agenda Primeira Infância de 2022 (Em milhões, R\$)

Programa			Dotação Final	Empenhado	Liquidado	Pago
5033 - Segurança Alimentar e Nutricional			R\$ 5,4	R\$ 5,3	R\$ 5,3	R\$ 5,0
Ação Orçamentária	Plano Orçamentário	Grupo				
20QH - Alimentação e Nutrição para a Saúde	Todos os planos orçamentários	Não Exclusivo	R\$ 5,4	R\$ 5,3	R\$ 5,3	R\$ 5,0

Elaboração: SOF/MPO

O Programa Nacional de Suplementação de Vitamina A - PNSVA, (ação orçamentária 20QH), instituído pela Portaria GM/MS n.º 729, de 13 de maio de 2005, foi atualizado em 2022 e passou a atender um público mais focalizado, considerando-se as prevalências de hipovitaminose A identificadas no Estudo Nacional de Alimentação e Nutrição Infantil -ENANI/2019. Em 2022, 3.644 municípios participaram do Programa, tendo sido administradas 1.763.371 doses de suplementação em crianças de 6 a 59 meses, segundo registros do Sistema de Monitoramento e-Gestor. Também ocorreram mais 970.150 procedimentos de administração de Vitamina A registrados pelo Sistema de Informação em Saúde da Atenção Básica.

O Programa Nacional de Suplementação de Ferro - PNSF, (ação orçamentária 20QH), instituído pela Portaria GM/MS n.º 730, de 13 de maio de 2005, também foi atualizado em 2022 e passou a atender um público focalizado, em função das prevalências observadas no ENANI/2019. Em 2022, a suplementação de Sulfato Ferroso em crianças de 6 a 24 meses de idade atingiu 77.018 crianças em todo o Brasil. Quanto às gestantes e mulheres no pós-parto/pós-aborto, a cobertura com suplementação com Sulfato Ferroso atingiu 93.927 mulheres, e com Ácido Fólico, 62.315, pelo Sistema de Monitoramento do e-Gestor. Pelo Sistema de Informação em Saúde da Atenção Básica, houve mais 745.752 procedimentos de dispensação de suplemento de ferro para crianças de 6 a 24 meses e em gestantes foram 249.127 procedimentos de dispensação de suplemento de ferro e 193.369 de ácido fólico.

Ministério da Justiça e Segurança Pública

Em 2022, o MJSP contou com ações voltadas à primeira infância em dois Programas: Justiça (5015) e Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento (5016).

No Programa Justiça (5015), as frentes de atuação relacionadas à primeira infância envolvem enfrentamento ao tráfico de pessoas, classificação indicativa de programação, e democratização do acesso à justiça e cidadania.

Em 2022, dentro da Política de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (ação orçamentária 2017/PO0003), foram realizados três convênios voltados à expansão e fortalecimento dos Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante. É importante ressaltar que a implementação dessa Rede de Núcleos possui caráter transversal, o que inclui ações de proteção à primeira infância através da prevenção do tráfico de crianças e adolescentes, bem como o acolhimento e atendimento de crianças e adolescentes vítimas ou potenciais vítimas de tráfico de pessoas.

No âmbito das ações voltadas à Classificação Indicativa (ação orçamentária 2017/PO 0008), o MJSP envidou esforços no sentido de cumprir seu papel institucional de analisar e classificar todas as obras a serem disponibilizadas ao público brasileiro. Nesse sentido, em 2022, foram classificadas 100% das demandas encaminhadas ao Órgão. Como esforço para alcançar o resultado, foram instruídos 1902 processos, realizadas 7.927 análises pelo método tradicional e 7.502 análises pelo sistema IARC.

Dentre as medidas de acesso à Justiça (ação orçamentária 2017/ PO 000C), realizada no âmbito da Política Nacional de Modernização, Aperfeiçoamento e Democratização do Acesso à Justiça e à Cidadania - Eixo: Estratégia Nacional de Promoção de Políticas de Justiça – EJUS, tem destaque, no exercício de 2022, a contratação do Instituto Mauricio de Sousa. Por meio de revistas em quadrinhos da Turma da Mônica, objetiva-se apoiar ações educativas voltadas às seguintes temáticas: Classificação Indicativa; Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas; Prevenção e Solução de Conflitos; Contrabando de Migrantes e Imigração e acesso a Direitos no Brasil.

Tabela 15 – Execução Financeira das ações do Programa 5015 - Justiça na Agenda Primeira Infância de 2022 (Em milhões, R\$)

Programa			Dotação Final	Empenhado	Liquidado	Pago
5015 – Justiça			R\$ 0,47	R\$ 0,47	R\$ 0,08	R\$ 0,08
Ação Orçamentária	Plano Orçamentário	Grupo				
2017 - Promoção da Política Nacional de Justiça	000C - Ações de Melhorias das Condições de Vida para Primeira Infância	Exclusivo	R\$ 0,36	R\$ 0,36	R\$ 0,07	R\$ 0,07
2017 - Promoção da Política Nacional de Justiça	Demais Planos Orçamentários	Não Exclusivo	R\$ 0,11	R\$ 0,11	R\$ 0,01	R\$ 0,01

Elaboração: SOF/MPO

Já no contexto do Programa Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento (5016), as ações de proteção à infância envolvem ações de capacitação para atendimento a crianças vítimas ou testemunhas, o combate à exploração sexual infantil, o policiamento em rodovias federais e medidas de humanização em prol de crianças pequenas cujas mães estão em ambiente prisional.

Dentre as ações voltadas à primeira infância no âmbito do Sistema Prisional (ação orçamentária 21BP/PO 0009 e PO00R3), destaca-se a finalização da doação realizada pelo Ministério de 99 veículos adaptados exclusivos para uso de mulheres privadas de liberdade na condição de gestante, parturiente, acompanhada de filhos em ambiente prisional, idosa e com deficiência. A iniciativa deverá trazer maior conforto e humanização às crianças, filhos de mães privadas de liberdade. Em 2022, foram beneficiados 11 estados, com a entrega dos 59 carros faltantes. Também foi iniciado o processo de elaboração de cartilha sobre aleitamento materno no sistema prisional, a ser confeccionada em parceria com o Ministério da Saúde.

Em 2022, a Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública (Segen) capacitou 250 profissionais de segurança pública (Bombeiros Militares, Policiais Civis e Militares e Guardas Municipais) na “Pós-Graduação Lato Sensu em Atendimento a Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência”, parceria com a Universidade Federal de Goiás - UFG, com carga-horária de 360 horas/aula (ação orçamentária 21BQ/PO 000Q). O Curso Nacional de Atendimento à Criança e ao Adolescente Vítima ou Testemunha de Violência”, executado em 2 edições, na modalidade presencial, apresentou o seguinte resultado:

O Curso Nacional de Atendimento à Criança e ao Adolescente Vítima ou Testemunha de Violência, executado em edições, capacitou 47 policiais militares em sua primeira edição e 50 policiais civis na segunda.

Tabela 16 – Execução Financeira das ações do Programa 5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento na Agenda Primeira Infância de 2022– em milhões de reais

Programa			Dotação Final	Empenhado	Liquidado	Pago
5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento			R\$ 6,19	R\$ 6,17	R\$ 5,64	R\$ 5,64
Ação Orçamentária	Plano Orçamentário	Grupo				
21BP - Aprimoramento do Sistema Penitenciário Nacional e Incentivo ao Desenvolvimento da Inteligência Penitenciária	0009 - Políticas Voltadas às Crianças na Primeira Infância	Exclusivo	R\$ 0,03	R\$ 0,03	R\$ 0,00	R\$ 0,00
21BQ - Implementação de Políticas de Segurança Pública, Prevenção, e Enfrentamento à Criminalidade	000Q - Capacitação de Profissionais, Gestores e Operadores de Segurança Pública para Proteção e Promoção dos Direitos das Crianças na Primeira Infância	Exclusivo	R\$ 1,30	R\$ 1,30	R\$ 1,29	R\$ 1,29
21BQ - Implementação de Políticas de Segurança Pública, Prevenção, e Enfrentamento à Criminalidade	000S - Operações de Combate aos Crimes Contra a Primeira Infância	Exclusivo	R\$ 1,22	R\$ 1,22	R\$ 1,22	R\$ 1,22
2723 - Policiamento, Fiscalização, Combate à Criminalidade e Corrupção	000A - Operações e Ações de Combate aos Crimes Contra a Primeira Infância	Exclusivo	R\$ 0,83	R\$ 0,82	R\$ 0,77	R\$ 0,77
2726 - Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas e a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União	Todos os Planos Orçamentários	Não Exclusivo	R\$ 2,80	R\$ 2,79	R\$ 2,36	R\$ 2,35

Elaboração: SOF/MPO

Em 2022, foram destinados mais de R\$ 1 milhão do orçamento (ação orçamentária 21BQ/PO 000S) para a realização de ações de enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes que, por meio das operações integradas realizadas, apresentaram os seguintes resultados:

- **Operação Luz da Infância** (operação realizada com a participação de 18 estados brasileiros e 4 países contra a pornografia infantil) - Principais resultados: 288 Mandados de busca e apreensão cumpridos; 4 Terabytes de material pornográfico infantil analisados; 48 pessoas presas.
- **Operação Acalento:** focou nas investigações de crimes contra crianças e adolescentes, como violência física, violência sexual, exploração, aliciamento, maus tratos, homicídios e outros, com a instauração de procedimentos policiais, cumprimento de mandados judiciais, ações preventivas com campanhas e palestras, entre outras atividades. Principais resultados: 260 Menores apreendidos; 2.698 Medidas protetivas; 15.501 vítimas atendidas; 684 Mandados de prisão cumpridos; 858 Pessoas presas.
- **Operação Parador 27:** foi deflagrada visando o combate à violência e a exploração sexual de crianças e adolescentes e contou com a participação das Secretarias de Segurança Pública, Polícias Militares, Conselhos Tutelares, Corpos de Bombeiros Militares, Polícia Rodoviária Federal e Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Principais resultados: 628 Pessoas presas; 2.012 Kg drogas apreendidas; 74 Menores apreendidos; 111 Armas apreendidas; 173.635 abordagens a pessoas; 6.686 blitz realizadas; 100.596 veículos abordados/fiscalizados; 233 vítimas resgatadas; 13.264 locais/estabelecimentos fiscalizados.

Na ação orçamentária 2723 - Policiamento, Fiscalização, Combate à Criminalidade e Corrupção, destacam-se as seguintes entregas:

- **Operação Maio Amarelo:** realização de ações coordenadas visando colocar em evidências a pauta relacionada ao tema segurança viária, em especial a vulnerabilidade e fragilidade da vida no trânsito com base nas estatísticas de acidentes de trânsito. Em 2022, o tema da operação foi “Juntos salvamos vidas” e as palestras alcançaram 1.754 pessoas;

- **Operação Nacional de Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes – ONEESCA:** contou com mais de 3 mil policiais atuando nas rodovias e estradas federais de todo o país, com o objetivo de coibir a exploração sexual infantojuvenil. A operação alcançou mais de 30 mil pessoas, teve mais de 40 mil pontos fiscalizados, 32 pessoas detidas e 154 crianças e adolescentes resgatados;
- **Projeto MAPEAR,** cujo objetivo é subsidiar o desenvolvimento de ações preventivas e repressivas, bem como orientar as políticas públicas coordenadas pelo Ministério dos Direitos Humanos, por meio da geração de dados de caráter nacional. Tal mapeamento deverá contribuir com o trabalho intersetorial e articulado de prevenção e enfrentamento da violência sexual e proteção da infância no país. Em 2022, o foram realizada Palestra sobre o MAPEAR (80 Pessoas Alcançadas) e 1º Workshop de alinhamento Operacional de Chefes de Policiamento e Fiscalização (15 Pessoas Alcançadas);
- **Campanha “Policiais contra o câncer Infantil”,** voltada à doação de medicamentos, livros, brinquedos e outros itens arrecadados, de acordo com demanda da entidade beneficiada, visando levar momentos de esperança e descontração para as crianças. Em 2022, a Campanha teve a participação de 15 estados e alcançou 31.344 pessoas.
- **Acordo de Cooperação Técnica:** a Polícia Rodoviária Federal – PRF apoiou o Instituto Anjos Maura de Oliveira por meio de Palestras e ações conjuntas com sobre o abuso e à exploração de crianças e adolescentes. Em 2022, 15 estados participaram da ação, alcançando 33.701 pessoas.

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

Os recursos da ação orçamentária 21AR – PO 000Y foram integralizados no âmbito do Projeto de Cooperação Internacional celebrado com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PRODOC PNUD BRA 18/024, e em parceria com a Universidade de Brasília – UnB, direcionados à elaboração de cursos voltados para os profissionais que atuam na área da educação e no Sistema de Garantia de Direitos da criança e do adolescente, proporcionando-lhes conhecimentos teóri-

cos e práticos sobre a importância da primeira infância e as melhores práticas para promover o desenvolvimento integral das crianças nessa fase. A oferta dos cursos tem previsão de início em agosto de 2023 e finalização em dezembro de 2024.

Tabela 17 – Execução orçamentária das ações do Programa 5034 – Proteção à Vida, Fortalecimento da Família, Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para Todos (Em milhões, R\$)

Programa			Dotação Final	Empenhado	Liquidado	Pago
5034 – Proteção à Vida, Fortalecimento da Família, Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para Todos			R\$ 14,81	R\$ 13,17	R\$ 7,41	R\$ 7,38
Ação Orçamentária	Plano Orçamentário	Grupo				
00SN - Apoio à implementação da Casa da Mulher Brasileira e de Centros de Atendimento às Mulheres		Natureza difusa	0,59	0,59	0,00	0,00
21AQ – Proteção do Direito à Vida	Todos os Planos Orçamentários	Não Exclusivo	R\$ 1,54	R\$ 1,54	R\$ 1,31	R\$ 1,31
21AR – Promoção e Defesa de Direitos Humanos para todos	000Y – Ações de Fortalecimento para Primeira Infância	Exclusivo	R\$ 1,20	R\$ 1,20	R\$ 1,00	R\$ 1,00
21AR – Promoção e Defesa de Direitos Humanos para todos	000K - Promoção, Defesa e Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente, 000P - Equipagem de Conselhos Tutelares	Não Exclusivo	R\$ 11,40	R\$ 9,76	R\$ 5,10	R\$ 5,08
21AR – Promoção e Defesa de Direitos Humanos para todos	0000 - Promoção e Defesa de Direitos Humanos para todos - Despesas Diversas, 000G - Atendimento às Mulheres em Situação de Violência, E 000H - Incentivo a Políticas de Autonomia das Mulheres	Natureza difusa	11,07	9,43	5,04	5,01

Elaboração: SOF/MPO

O Financiamento da
**Primeira Infância no
Orçamento Federal**

Agenda Transversal e Multissetorial da Primeira Infância

2023

Anos base
2022-2023

Um Olhar sobre o Orçamento de 2023

5

5 Um Olhar sobre o Orçamento de 2023



Como mostra a tabela 18, os Ministérios Partícipes consignaram R\$ 27,1 bilhões para a Agenda da Primeira Infância na LOA 2023.

Tabela 18 – Distribuição da Dotação Atual de 2023 para a Agenda da Primeira Infância entre os Grupos

Grupo	Dotação Atual (em milhões)	Percentual
Grupo I – Exclusivo	R\$ 2.061,16	7,60%
Grupo II – Não-Exclusivo	R\$ 24.997,01	92,21%
Grupo III – Natureza Difusa	R\$ 50,67	0,19%
TOTAL	R\$ 27.108,85	100%

Elaboração: SOF/MPO.

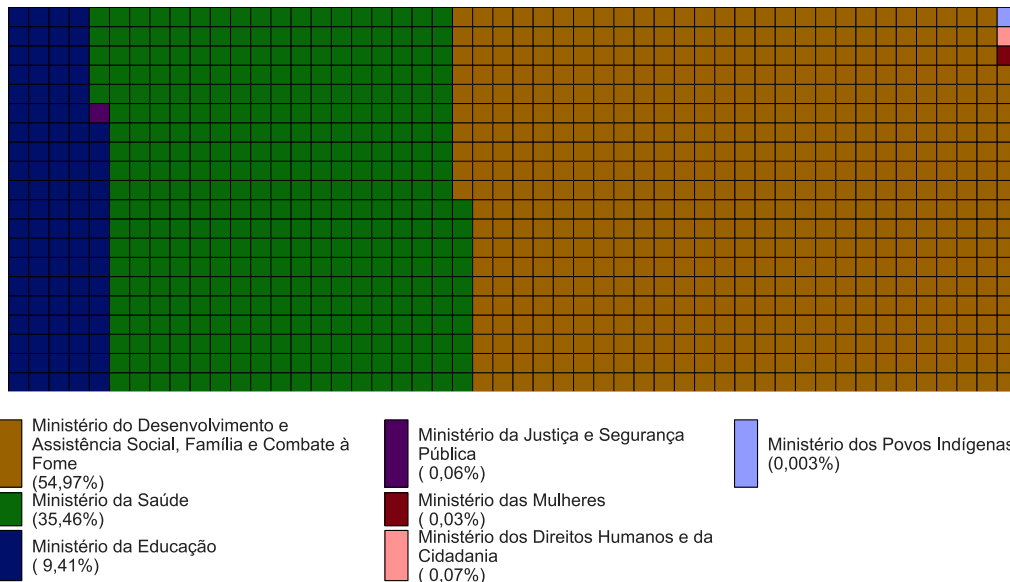
Fonte: SIOP (Dotação atual, acesso em 05/06/2023).

Nota: valores da dotação não-exclusiva e de natureza difusa ponderados de acordo com o percentual de crianças de 0 a 6 anos da PNAD Contínua do 4º Trimestre de 2022.

Em linha com o exposto na metodologia, nota-se que parcela expressiva dos valores identificados para a Primeira Infância está alocado nas despesas classificadas no grupo 2.

Em 2023, a distribuição dos recursos da Agenda Transversal e Multissetorial da Primeira Infância entre os órgãos é apresentada no gráfico 1. A maior parcela dos recursos está concentrada no MDS (54,97%), com destaque para o Bolsa Família. Em seguida, MS (35,46%) e MEC (9,41%) se destacam, respectivamente, com as despesas relacionadas ao atendimento de Média e Alta Complexidade e Alimentação Escolar.

Gráfico 1 – Distribuição percentual dos gastos da programação da Primeira Infância na dotação de 2023 (Valores por órgão setorial)



Elaboração: SOF/MPO.

Fonte: SIOP (Dotação atual, acesso em 05/06/2023).

Nota: valores da dotação não-exclusiva e de natureza difusa ponderados de acordo com o percentual de crianças de 0 a 6 anos da PNAD Contínua do 4º Trimestre de 2022.

Por fim, como mostra a tabela 19, o MDHC, o MJSP, MM, e o MPI somam 0,163% dos valores alocados.

Tabela 19 – Distribuição da Dotação Atual (2023) para a Agenda da Primeira Infância por Órgão*
(Em milhões, R\$)

Órgão	Dotação Atual	Percentual
55000 – Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	R\$ 14.900,57	54,97%
36000 – Ministério da Saúde	R\$ 9.611,86	35,46%
26000 – Ministério da Educação	R\$ 2.551,75	9,41%
81000 – Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania	R\$ 18,97	0,07%
30000 – Ministério da Justiça e Segurança Pública	R\$ 16,13	0,06%
65000 – Ministério das Mulheres	R\$ 8,81	0,03%
84000 – Ministério dos Povos Indígenas	R\$ 0,76	0,003%
TOTAL	R\$ 27.108,85	100%

Elaboração: SOF/MPO.

Fonte: SIOP (Dotação atual, acesso em 05/06/2023).

*Valores da dotação não-exclusiva e de natureza difusa ponderados de acordo com o percentual de crianças de 0 a 6 anos da Pnad Contínua do 4º Trimestre de 2022.

Entre os Programas do PPA 2020-2023, a distribuição das dotações de 2023 são apresentadas na tabela 20. Em linha com a distribuição relacionada aos órgãos, os programas 5035 – Promoção de cidadania por meio do Auxílio Brasil e da articulação de Políticas Públicas e 5028 – Inclusão Social por meio do Bolsa Família e da Articulação de Políticas Públicas, de responsabilidade do MDS, somam mais de 50% da dotação levantada. Em seguida, as despesas com programas de MS e MEC compõem o restante da Agenda em 2023.

Tabela 20 – Distribuição da Dotação de 2023 para a Agenda da Primeira Infância por Programa do PPA (2020-2023)

Programa	Dotação Atual (em milhões)	Percentual
5035 – Promoção de cidadania por meio do Auxílio Brasil e da articulação de Políticas Públicas	R\$ 8.544,15	31,52%
5028 – Inclusão Social por meio do Bolsa Família e da Articulação de Políticas Públicas	R\$ 5.788,56	21,35%
5018 – Atenção Especializada à Saúde	R\$ 5.494,74	20,27%
5019 – Atenção Primária à Saúde	R\$ 2.333,47	8,61%
5011 – Educação Básica de Qualidade	R\$ 2.196,66	8,10%
5017 – Assistência Farmacêutica no SUS	R\$ 1.172,03	4,32%
5023 – Vigilância em Saúde	R\$ 460,69	1,70%
6015 – Educação Infantil	R\$ 355,09	1,31%
Demais Programas	R\$ 763,47	2,82%
Total	R\$ 27.108,85	100%

Elaboração: SOF/MPO.

Fonte: SIOP (Dotação atual, acesso em 05/06/2023).

Nota: valores da dotação não-exclusiva e de natureza difusa ponderados de acordo com o percentual de crianças de 0 a 6 anos da PNAD Contínua do 4º Trimestre de 2022.

Considerações Finais

6

6 Considerações Finais



O relatório de financiamento da Agenda Transversal e Multissetorial da Primeira Infância (anos base 2022-2023) mostrou, em termos globais, que a Agenda Transversal e Multissetorial da Primeira Infância passou de uma cifra de R\$ 19,5 bilhões para R\$ 27,1 bilhões. Isto é, o relatório mostra que há um esforço governamental para garantir materialidade às políticas públicas de enfrentamento a alguns dos maiores problemas enfrentados por este público no Brasil: a pobreza e os riscos a ela associados, como mortalidade infantil, desnutrição crônica e atrasos no desenvolvimento físico e intelectual. Isso vai ao encontro das conclusões de diferentes estudos que mostram como a garantia de direitos para a faixa etária de zero a seis anos é crucial para o desenvolvimento humano.

A identificação e a apuração do gasto realizado com esse público no orçamento, de todo modo, permanecem como desafios. O MPO tem procurado avançar no tratamento dessas dificuldades. Para este relatório, a exemplo do que já tinham feito o IPEA (2021) e a Frente Parlamentar da Primeira Infância (2021), utilizou-se um ponderador demográfico – a participação que as crianças de zero a seis anos têm na população brasileira, segundo à PNAD Contínua do 4º trimestre de 2022 – na apropriação dos gastos dos grupos 2 (despesas não exclusivas) e 3 (despesas de natureza difusa), minimizando as distorções causadas pelas ações orçamentárias de grande vulto na apuração do valor final da Agenda.

Além disso, o relatório deste ano mostrou que as informações disponíveis no SIOP podem ser mobilizadas a fim de melhor identificar os esforços governamentais feitos para atender as necessidades e demandas de grupos populacionais específicos, como as crianças de zero a seis anos. O MPO já possui o processo de monitoramento do PPA e o processo do acompanhamento orçamentário da LOA que permitem acompanhar os resultados alcançados e os produtos e serviços entregues a partir da execução orçamentário-financeira.

Assim, em termos de execução física, o relatório traz dados bastante interessantes, como os que mostram que, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, foram atendidos mais de 7 milhões de estudantes em creches e pré-escolas; que mais de 40% das crianças indígenas menores de 1 ano tiveram acesso às consultas de crescimento e desenvolvimento e quase 90% daquelas menores de 5 anos tiveram acompanhamento do estado alimentar e nutricional;

ou que o Benefício de Prestação Continuada - BPC na escola atende atualmente 82.500 crianças entre zero e 6 anos.

Nos próximos anos, o MPO pretende trabalhar junto com os Ministérios Partícipes para ampliar a acurácia das informações captadas por meio do acompanhamento orçamentário e, assim, estabelecer um vínculo mais direto entre o gasto realizado nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e os resultados gerados no âmbito das políticas públicas voltadas à Primeira Infância.

O Financiamento da
**Primeira Infância no
Orçamento Federal**

Agenda Transversal e Multissetorial da Primeira Infância

2023

Anos base
2022-2023

Referências

Referências



BRASIL. **Financiamento da Primeira Infância - Orçamento Federal 2022 | Plano Plurianual 2020-2023**. Brasília: Ministério da Economia, 2022. Disponível em <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/planejamento-e-orcamento/plano-plurianual-ppa/arquivos/primeira-infancia-2022.pdf>.

Siop. **Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (2023)**. Disponível em: <https://www.siop.planejamento.gov.br>.

_____. **Síntese de evidências para políticas de saúde: promovendo o desenvolvimento na primeira infância**. Brasília: Ministério da Saúde, 2016. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/sintese_evidencias_politicas_primeira_infancia.pdf.

Frente Parlamentar Mista da Primeira Infância. **Medição do Gasto Social com a Primeira Infância para 2021**. Brasília: UNICEF, 2022. Disponível em <https://www.unicef.org/brazil/media/19296/file/medicao-gasto-social-primeira-infancia-2021.pdf>.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA; Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF. **Gasto Social com Crianças e Adolescentes (GSC&A)**. Brasília: IPEA, UNICEF, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10979>.

UNICEF. **Bem-Estar e privações múltiplas na infância e na adolescência no Brasil**. Brasília: UNICEF, 2018. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/2061/file/Bem-estar-e-privacoes-multiplas-na-infancia-e-na-adolescencia-no-Brasil.pdf>.

O Financiamento da
**Primeira Infância no
Orçamento Federal**

Agenda Transversal e Multissetorial da Primeira Infância

2023

Anos base
2022-2023

Anexos

Anexos

ANEXO A

[Planilha Orçamento Primeira Infância 2022](#)

ANEXO B

[Planilha Orçamento Primeira Infância 2023](#)

ANEXO C

[Tabela de Associação dos Eixos, Ações Transversais e Ações Orçamentárias](#)



The background of the entire page is a photograph showing several hands of different skin tones gently holding a baby. The baby's face is partially visible in the lower right corner, looking towards the camera. The hands are positioned around the baby, suggesting care and support. The colors are warm, with yellows, oranges, and blues.

O Financiamento da

2023 Primeira Infância no Orçamento Federal

Anos base
2022-2023

Agenda Transversal e Multissetorial da Primeira Infância

MINISTÉRIO DO
PLANEJAMENTO E
ORÇAMENTO

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO